

## **Memórias e paisagens: expropriação e colonização do Faxinal do Tigre**

**Angela Regina da Silva Sulzbach**

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó  
angelareginasulzbach@gmail.com

**Marlon Brandt**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó.  
marlon.brandt@uffs.edu.br

### **1 Introdução**

Por ser uma região de fronteira, oficialmente qualificada como um “vazio demográfico”, o oeste catarinense foi alvo, a partir do acordo de limites com o Paraná em 1916 de uma política territorial promovida por intermédio de companhias colonizadoras privadas, que receberam do governo concessões de grandes faixas de terra, atendendo o que preconizava a política de colonização nacional no Brasil republicano: “povoar”, “civilizar”, “branquear”, “progredir” e “atualizar” o país “com o ritmo das nações mais avançadas. Isso colocava a necessidade de repensar o espaço, a ocupação e a nação” (Radin, 2009, p. 15) mas, principalmente, pensar no que fazer com as populações que habitavam aquele espaço por gerações.

A grosso modo, pode-se dizer que o processo de colonização do oeste catarinense assumiu um significado distinto, pois conforme Radin (2009, p. 15) “a alegação de que o Estado não possuía condições para dirigir a colonização foi utilizada para justificar a forma como as terras foram passadas ao controle das empresas”. Com esse discurso, “misturaram-se os interesses privados aos públicos e, na prática, foram os empresários que, a seu modo, efetivaram o projeto de preenchimento dos ‘vazios demográficos’ ou da ‘conquista do sertão’” (Radin, 2009, p. 15).

À revelia dos seus antigos habitantes, o oeste catarinense recebeu uma leva considerada de migrantes nacionais como protagonistas do processo de colonização. É a partir das experiências de um grupo e das suas relações de pertença, que se constituiu o “território” do Faxinal do Tigre, pertencente atualmente ao município de Guatambu, Oeste de Santa Catarina, como resultado de processos sociais e políticos (Little, 2002), que acabaram envolvendo todas as diferenças humanas: social, econômica, de gênero, etária, étnica, religiosa, de língua, etc. (Haesbaert, 2004) entre os grupos envolvidos, no caso, caboclos<sup>1</sup> e colonos. Verifica-se, a partir de então, uma série de

---

1 Para Machado (2004, p. 48) seriam caboclos os habitantes pobres do meio rural. Mesmo que, conforme o autor, “não

mudanças nesse espaço, tanto relacionados à questão da terra, com a expropriação da população cabocla e conflitos no modo de lidar com a terra, quanto à sua inserção em novas atividades econômicas, baseadas na agricultura comercial e exploração madeireira.

## 2. Metodologia

A pesquisa baseou-se em um diálogo entre a História Ambiental e a Geografia Histórica, tendo a paisagem como fio condutor desse processo (Worster, 1991, Freitas 2007), empregando para isso a história oral e documentos oficiais, como requerimentos de concessão de terras, fontes cartoriais e jornais locais disponíveis em acervos públicos e privados, como cartórios, museus e centros de memória, procurando-se conhecer as permanências e rupturas do ambiente em um dado período.

## 3 Resultados e discussões

Por ser o território a fusão de processos sociais e políticos, e por se tratar de sujeitos compartilhando experiências, é na construção ou reconstrução desse território que se manifestam as territorialidades. Para Little (2002, p. 81), a territorialidade se exhibe no conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos sociais para “ocupar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico”. É na defesa do “território” e na construção das “territorialidades” que as teias de relacionamento vão se fazendo ou se desfazendo. As normas, os costumes, os hábitos e as memórias que as transmitem estão em “constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições” (Brandt e Nodari, 2011, p. 81), recebendo influências externas, abraçando variações espaciais e temporais e traçando a trajetória histórica do grupo (Funes, 2009).

Para explorar o território de qualquer grupo humano, “precisa de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi definido e/ou reafirmado” (Renk e Confortin, 2017, p.138). O território do Faxinal do Tigre, construído pelos caboclos, vem de uma longa história social e cultural de regras construídas e repassadas pela oralidade aos seus descendentes.

O caboclo migrou para o Faxinal do Tigre em fins do século XIX (Sulzbach, 2023) para reproduzir o modo de vida de seus ancestrais. Se ele ocupa o “sertão”, é porque foi impulsionado

---

haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra, é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

pelo modelo de povoamento incrementado pelos portugueses, ainda no século XVI. Um povoamento que promoveu o *habitus* ligados ao meio em que os humanos viviam/moravam, marcando o tempo de forma cíclica, lidando especialmente com o que a floresta lhe oferecia (a erva-mate, o pinhão), criando animais soltos em comum na floresta e desenvolvendo a lavoura de subsistência. Essa construção socioespacial com/no meio foi fundamental para construir suas territorialidades e ao mesmo tempo sofrer, com a colonização, sua desterritorialização (Brandt e Nodari, 2011). No caso do caboclo do Faxinal do Tigre, procuramos fazer uma reflexão sobre as diásporas, exclusões, sentimento de pertencimento, fricção étnica, competições por recursos que, física ou simbolicamente, provocaram uma crise de desenraizamento da população local.

A mesma ocupação e povoamento que promoveu a itinerância e o *habitus* ligados ao meio, com formas específicas de lidar com a terra pelos caboclos do Faxinal do Tigre, sofreu uma ruptura no final do século XIX e início do XX quando do contato com o *modus operandi* do colono migrante na região oeste de Santa Catarina, estabelecendo uma relação de dominação entre colonizado e colonizador e até, sem ser percebida, uma relação de dependência entre os grupos (Radin, 2015). A ruptura na forma de lidar com a terra provocou a despossessão e a expulsão dos posseiros de terras habitadas por longa data. Mais que posseiros, os colonos viam os caboclos como os “diferentes”, “provocando além da despossessão da terra, a etnogênese dos ‘brasileiros’” (Renk, 2005, p. 115). O conflito, nos diferentes aspectos, foi inevitável e gradativamente os caboclos tiveram sua autonomia fragilizada.

A fala do senhor Eufrázio Fernandes da Luz finaliza e demonstra a fragilidade nas relações entre o *habitus* do caboclo e o *modus operandi* do colono, diante da nova lógica de trabalho trazida por este último, e das inúmeras modificações na vida social, territorial e ambiental da comunidade cabocla. “Nóis morava numa casa cedida pelo patrão...nóis só prantava, a carne era quando o patrão dava gado, porco, até burro véio o patrão matava e dava prá nóis come. Era um patrão muito severo, ‘pão duro’. Quando saimo de lá fiquemo devendo os porcos” (Serpa, 2022, p. 26).

A territorialidade do colono, por outro lado, vai ser expressada pela memória otimista da história e das narrativas oficiais da colonização, se estabelecendo no local trazendo valores éticos, morais, religiosos, culturais e econômicos mantidos e repassados adiante na tradição europeia. São os desbravadores lembrados pelos seus grandes feitos ou os empreendedores que venceram os sertões com progresso exemplar com princípios morais e sociais. Tidos como indivíduos com “virtudes étnicas” (Renk, 2006, p.73) essa população seria a escolhida pelos órgãos políticos e pela iniciativa privada para efetivar o modelo de colonização planejado pelo Estado.

### 3 Considerações Finais

O avanço da colonização no oeste catarinense promoveu o contato entre posseiros e migrantes italianos e alemães, trazendo à tona alguns contrastes étnicos cujas diferenças determinaram as fronteiras e a fricção étnica entre grupos. Esses contrastes agudizaram a subalternidade de um grupo étnico e, seus efeitos concretos, se deram com a perda do modo de vida, do território e da territorialidade cabocla.

Apesar de ainda prevalecer na história de Guatambu o discurso de quem domina com narrativas do olhar centrado somente para o que deu certo na região e na colonização, o caboclo manteve no Faxinal do Tigre, hábitos específicos em relação ao uso da terra e dos recursos naturais, vivendo através da economia de subsistência. O caboclo do Faxinal do Tigre, a partir do uso dos recursos naturais e da terra, elaborou o modo de vida pautado num conjunto de valores que definiram as relações com o meio natural, com os demais membros do grupo e com o mundo sobrenatural, que não estavam escritos em nenhum documento, mas mobilizavam todo coletivo.

A desterritorialização imposta à boa parte da população cabocla do oeste catarinense, também chegou ao Faxinal do Tigre, com a presença do colonizador, fazendo com que as territorialidades do colono se sobrepusessem às do caboclo, provocando uma modificação gigantesca na paisagem local e uma clivagem étnica de ofícios sem precedente na região. O caboclo foi desenraizado do seu lugar de posse, passando a desenvolver ofícios laborais numa posição subalterna, no extrativismo da madeira, a serviço das serrarias na erva-mate, mas na ervateira do colono e na lide da terra, porém na terra do colono.

### 4 Referências Bibliográficas

A VOZ DE CHAPECÓ, Chapecó, v. 2, n. 54, 21 de jul. 1940.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 89, p. 80-90, 2011.

FUNES, Eurípedes A. Mocambos: natureza, cultura e memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 146-153, 2009.

GILIOLI, Albano. **História de Caxambu do Sul**. Livro datilografado e editado pelo próprio autor. Xerox.

FREITAS, Inês Aguiar de. História Ambiental e Geografia: Natureza e cultura em interconexão. **Geo UERJ** - Ano 9, nº 17, vol. 2, 2º semestre de 2007.

- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. *In*: E. LIMONAD, Ester.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 173-193.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma nova antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. (Antropologia, 322).
- LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Revista de Pós-graduação em História da UnB**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas, práticas socioculturais no oeste de SC**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.
- RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015. p. 146-166.
- RENK, Arlene. O conhecimento do território a Bandeira Konder. *In*: CEOM (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.
- RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina**, Chapecó, v. 19, n. 23. p. 37-71, 2006.
- RENK, Arlene; CONFORTIN, Priscila Fernanda Rech. Territorialidade e minorias sociais na construção da história local. *In*: CARBONERA, Mirian *et al.* (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2017.
- SERPA, Marcio (org.). **Fragments de memórias das famílias pioneiras de Guatambu**. 1. ed. Chapecó: Aliança, 2022.
- SULSBACH, A. R. **Os tempos antigos nos Faxinais do Tigre: paisagens e rupturas (décadas de 1920 a 1960)**. 2023, 112 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, 1991.